1 **ATA 2834 SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** – Aos vinte e um dias do mês de setembro
2 do ano de 2022, às 12 horas e quarenta minutos, teve início a segunda milésima
3 octingentésima trigésima quarta Sessão Plenária Ordinária, do Conselho Estadual de
4 Educação, atividades presenciais e webconferência, conduzida pela Presidente do CEE,
5 Ghisleine Trigo Silveira. Participaram os Conselheiros Ana Teresa Gavião Almeida
6 Marques Mariotti, Claudio Mansur Salomão, Débora Gonzalez Costa Blanco (participação
7 remota), Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves (participação
8 remota), Eliana Martorano Amaral, Iraíde Marques de Freitas Barreiro (participação
9 remota), José Adinan Ortolan, Márcia Aparecida Bernardes, Marlene Aparecida Zanata
10 Schneider, Roque Theóphilo Júnior e Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede. **01.** As
11 Atas 2832, de 24/08/2022 e 2833, de 26/08/2022 foram aprovadas por unanimidade. **02.**
12 Justificativa de ausência dos Conselheiros Mauro de Salles Aguiar, e Maria Cristina
13 Barbosa Storópoli e Thiago Lopes Matsushita. **03. SORTEIO DE PROCESSOS:** da
14 Câmara de Educação Básica – Procs. 2021/00219, 2020/00467, 2022/00274, 2021/00532,
15 2022/58776, 2022/00050 e 2021/00202; da Câmara de Educação Superior – Procs .
16 2022/00266, 2022/00048, 2021/00478, 2022/00062, 2022/00269, 2022/00113, 2022/00019,
17 2022/00087, 2022/00043, 2022/00036 (apensados: 2022/00015 e 2022/00255),
18 2021/00402, 2021/00485, 2022/00074, 2022/00068, 2022/00177, 2022/00097, 2022/00047,
19 2022/00107, 2022/00028, 2022/00046, 2022/00072, 2022/00102, 2021/00496, 2021/00387
20 e 2020/00081. **04. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** a) reiterou a
21 composição do CEE referente à Gestão 2021-2022, conforme Ata 2793, de 27/10/2021 –
22 Sessão Plenária Especial de Posse; b) sobre a sua condição na Secretaria da Educação,
23 fez a leitura do Artigo 36 da Deliberação CEE 17/1973: “Artigo 36- O Conselheiro deverá
24 declarar-se impedido de participar da discussão e votação de assuntos de seu interesse
25 particular ou de parentes consanguíneos até o 3º grau, e da votação em matéria de
26 interesse de pessoas ou instituições das quais seja representante civil, procurador ou
27 membro de Colegiado de fundações ou autarquias municipais, bem como poderá fazê-lo
28 por motivo de foro íntimo, dispensada, em tal hipótese, qualquer justificativa. (NR)
29 Parágrafo Único - O Conselheiro declarado impedido, terá sua presença computada para
30 efeito de quorum.(NR)”. **05. PALAVRA ABERTA AOS CONSELHEIROS:** o Cons. José
31 Adinan Ortolan manifestou sua preocupação quanto à não aprovação, pelo Estado de São
32 Paulo, da legislação referente à distribuição da cota-parte municipal do ICMS (Imposto
33 Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), de acordo com critérios de qualidade da
34 educação pública. Sobre o assunto, manifestaram-se os Conselheiros Márcia Aparecida
35 Bernardes, Roque Theóphilo Júnior e, Claudio Mansur Salomão o qual propôs dar
36 autonomia à Presidência para provocar a ALESP, sugestão aceita pelo Plenário. **06.**
37 **MATÉRIA DELEGADA** – aprovada em 21/09/2022, nos termos da Deliberação CEE
38 157/2017. **6.1** Indicação de Especialistas da CEB para os Procs: 2022/00299, 2022/00300,
39 2022/00301, 2022/00262, 2022/00310 e 2022/00226, e da CES para os Procs:
40 2021/00385, 2021/00386, 2021/00453, 2022/00127, 2022/00175, 2022/00206 e
41 2022/00294. **6.2** Pareceres aprovados na CES: Proc. **2021/00377** _ Centro Estadual de
42 Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Diadema. **Parecer CEE 317/2022** _ da
43 Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Jacintho Del Vecchio Junior.
44 Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de
45 Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial,

1 oferecido pela FATEC Diadema, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula
2 Souza, pelo prazo de dois anos. 2.2 A Instituição deverá observar as recomendações dos
3 Especialistas, como oportunidades de melhoria das condições de oferecimento do Curso.
4 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes
5 para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.4 O presente reconhecimento tornar-
6 se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, a partir da homologação do presente Parecer
7 pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. 2021/00005** _ Centro Estadual de
8 Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Ourinhos. **Parecer CEE 318/2022** _ da
9 Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Jacintho Del Vecchio Junior.
10 Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de
11 Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais,
12 oferecido pela FATEC Ourinhos, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula
13 Souza, pelo prazo de quatro anos. 2.2 A Instituição deverá observar as recomendações
14 dos Especialistas, como oportunidade de melhoria das condições de oferecimento do
15 Curso. 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as
16 Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.4 A presente renovação do
17 reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, a partir da
18 homologação do presente Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc.**
19 **2021/00312** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Mococa.
20 **Parecer CEE 319/2022** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Eduardo
21 Augusto Vella Gonçalves. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação
22 CEE 171/2019, o pedido de Renovação de Reconhecimento do Curso Superior de
23 Tecnologia em Agronegócio, oferecido pela FATEC Mococa, do Centro Estadual de
24 Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de quatro anos. 2.2 Recomenda-se à
25 Instituição observar os comentários dos Especialistas. 2.3 A IES deverá atender à
26 Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação
27 Superior Brasileira. 2.4 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por
28 ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado
29 da Educação. **Proc. 2021/00471** _ USP / Faculdade de Zootecnia e Engenharia de
30 Alimentos de Pirassununga. **Parecer CEE 320/2022** _ da Câmara de Educação Superior,
31 relatado pelo Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com
32 fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento
33 do Curso de Engenharia de Biossistemas, oferecido pela Faculdade de Zootecnia e
34 Engenharia de Alimentos de Pirassununga, da Universidade de São Paulo, pelo prazo de
35 cinco anos. 2.2 Encaminhe-se à Reitoria da USP, cópia da Deliberação CEE 171/2019,
36 com especial atenção ao § 3º, Art. 47. 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES
37 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
38 2.4 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste
39 Conselho, após a homologação do presente Parecer pela Secretaria de Estado da
40 Educação. **Proc. 2021/00539** _ Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Parecer
41 CEE 321/2022 _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Eduardo Augusto
42 Vella Gonçalves. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE
43 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia
44 em Gestão de Recursos Humanos, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul,

1 pelo prazo de cinco anos. 2.2 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que
2 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.3 A presente
3 renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após a
4 homologação do presente Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc.**
5 **2019/00016** _ Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva. **Parecer CEE**
6 **322/2022** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a Iraíde Marques de
7 Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE
8 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em
9 Ciências Contábeis, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva, pelo prazo de
10 dois anos. 2.2 Recomenda-se que a Instituição atente para as sugestões da Comissão de
11 Especialistas. 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece
12 as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Como se trata de
13 Instituição sem autonomia universitária, a mesma deverá encaminhar as respectivas
14 adequações a este Colegiado. 2.4 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á
15 efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria
16 de Estado da Educação. **Proc. 2020/00425** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica
17 Paula Souza / FATEC Indaiatuba. **Parecer CEE 323/2022** _ da Câmara de Educação
18 Superior, relatado pela Cons^a Iraíde Marques de Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Aprova-
19 se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do
20 Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços, oferecido pela
21 FATEC Indaiatuba, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo
22 de cinco anos. 2.2 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece
23 as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.3 Convalidam-se os atos
24 acadêmicos praticados no período em que o Curso permaneceu sem Reconhecimento. 2.4
25 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste
26 Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.
27 **Proc. 2021/00412** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC
28 Tatuapé. **Parecer CEE 324/2022** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a
29 Iraíde Marques de Freitas Barreiro. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
30 Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso
31 Superior de Tecnologia em Controle de Obras, oferecido pela FATEC Tatuapé, do Centro
32 Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos. 2.2
33 Recomenda-se à Instituição atenção à quantidade de egressos, bem como preste
34 esclarecimentos aos candidatos e ingressantes, sobre a atribuição de competência do
35 órgão de fiscalização do exercício profissional (CREA). 2.3 A IES deverá atender à
36 Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação
37 Superior Brasileira. 2.4 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por
38 ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado
39 da Educação. **Proc. 2021/00479** _ Universidade de Taubaté. **Parecer CEE 325/2022** _ da
40 Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a Rosângela Aparecida Ferini Vargas
41 Chede. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o
42 pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Jornalismo, da Universidade de
43 Taubaté, pelo prazo de dois anos. 2.2 A Instituição deverá observar as recomendações
44 dos Especialistas e aquelas contempladas anteriormente no Parecer CEE 36/2016, como

1 oportunidade de melhoria para o próximo ciclo avaliativo. 2.3 A IES deverá atender à
2 Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação
3 Superior Brasileira. 2.4 Convalidam-se os atos acadêmicos praticados no período em que
4 o Curso permaneceu sem Reconhecimento. 2.5 A presente renovação do reconhecimento
5 tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, a partir da homologação do presente
6 Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **PAUTA: Proc. 2019/00177** _ Conselho
7 Estadual de Educação _ do Conselho Plen, relatado pelos Conselheiros Ghisleinte Trigo
8 Silveira e Hubert Alquéres. Após breve apresentação, foi retirado de pauta e retornará
9 oportunamente. **Proc. 2021/27505** _ SEDUC e Prefeitura Municipal de Lutécia. O **Parecer**
10 **CEE 326/2022** _ da Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur
11 Salomão foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento,
12 nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se
13 favoravelmente à celebração do Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo,
14 através da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e o Município de Lutécia,
15 objetivando a aquisição de veículo escolar, específico para transporte da merenda escolar,
16 da cozinha piloto até as unidades educacionais, para a melhoria na qualidade do
17 atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei Federal
18 8.666/1993, da Lei Estadual 6.544/1989 e do Decreto 66.173/2021, no que couber, com
19 recursos de Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC
20 às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022 da Douta
21 Consultoria Jurídica da Pasta. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o
22 Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4
23 Para os demais Convênios a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022,
24 nas mesmas condições e de igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a
25 manifestação expressa neste Parecer, desde que atendidas todas as recomendações nele
26 contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC que providencie os meios necessários para dar
27 atendimento às solicitações apresentadas por este Conselho, em especial no que se refere
28 ao custo per capita. 2.6 Após a formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do
29 Estado deverá ser cientificada, conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993.
30 **Proc. 2021/32854** _ SEDUC e Prefeitura Municipal de Lins. O **Parecer CEE 327/2022** _ da
31 Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi aprovado por
32 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
33 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração do
34 Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC e o Município de
35 Lins, para a aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Bens diversos para as Unidades de
36 Creche-Escola: EMEI Prof. Ismael Castro de Araújo e a EMEI Profª Tereza Claudete Perin,
37 da Rede Municipal de Ensino, que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993
38 e da Lei Estadual nº 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com
39 recursos de Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC
40 às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022, que ora se adota in
41 totum. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade
42 do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios
43 a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de
44 igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,

1 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
2 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
3 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
4 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
5 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Procs. 2021/32869 e**
6 **2021/35502** _ SEDUC e Prefeitura Municipal de Pereira Barreto. O **Parecer CEE 328/2022**
7 _ da Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi
8 aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do
9 artigo 2º, inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração
10 do Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC e o Município
11 de Pereira Barreto, para aquisição de bens, mobiliários e equipamentos para as Unidades
12 Escolares da Rede Municipal, que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993
13 e da Lei Estadual 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com
14 recursos de Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC
15 às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022, que ora se adota in
16 totum. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade
17 do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios
18 a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de
19 igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,
20 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
21 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
22 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
23 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
24 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. Proc. 2021/32882 _ SEDUC e
25 Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul. O **Parecer CEE 329/2022** _ da Comissão de
26 Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi aprovado por
27 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
28 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração do
29 Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação -
30 SEDUC e o Município de Santa Fé do Sul, objetivando a aquisição de equipamentos,
31 mobiliários e bens diversos para a melhoria na qualidade do atendimento aos alunos da
32 Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei Federal 8.666/1993, da Lei Estadual
33 6.544/1989 e do Decreto 66.173/2021, no que couber, com recursos de Emenda
34 Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às recomendações
35 formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022 da Douta Consultoria Jurídica da Pasta.
36 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade do
37 Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios a
38 serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de
39 igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,
40 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
41 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
42 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
43 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
44 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Proc. 2021/33110** _ SEDUC e

1 Prefeitura Municipal de Sarapuí. O **Parecer CEE 330/2022** _ da Comissão de
2 Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi aprovado por
3 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
4 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração do
5 Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC o Município de
6 Sarapuí, para a aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Bens diversos para as 06
7 Unidades de Ensino da Rede Municipal, que se regerá pelas disposições da Lei Federal
8 8.666/1993 e da Lei Estadual 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que
9 couber, com recursos de Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção
10 da SEDUC às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022, que ora
11 se adota in totum. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de
12 Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os
13 demais Convênios a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas
14 mesmas condições e de igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação
15 expressa neste Parecer, desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5
16 Recomenda-se à SEDUC que providencie os meios necessários para dar atendimento às
17 solicitações apresentadas por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per
18 capita. 2.6 Após a formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá
19 ser cientificada, conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Proc.**
20 **2021/42805** _ SEDUC e Prefeitura Municipal de Itu. O **Parecer CEE 331/2022** _ da
21 Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi aprovado por
22 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
23 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração do
24 Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC e o Município de
25 Itu, para a aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Bens diversos para Unidades de
26 Ensino da Rede Municipal, que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e
27 da Lei Estadual 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com
28 recursos de Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC
29 às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 12/2022, que ora se adota in
30 totum. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade
31 do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios
32 a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de
33 igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,
34 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
35 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
36 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
37 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
38 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Proc. 2021/43450** _ SEDUC e
39 Prefeitura Municipal de Capela do Alto. O **Parecer CEE 332/2022** _ da Comissão de
40 Planejamento, relatado pelo Cons. Claudio Mansur Salomão foi aprovado por
41 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
42 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à celebração do
43 convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC e o Município de
44 Capela do Alto, para a aquisição de Equipamentos (TVs de 55 polegadas) para Unidades

1 de Ensino da Rede Municipal, a saber: EMEF Prof. Maria Elza Lázara Lopes; EMEF
2 Marcílio Leite de Almeida; EMEIF Francisco Munhoz Sanches; EMEF Ver. Francisco
3 Mariano de Almeida; EMEF Ricardo Puccetti e EMIF Joaquim Salvador de Quevedo, que
4 se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Estadual 6.544/1989 e do
5 Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com recursos de Emenda Parlamentar
6 Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às recomendações formuladas no
7 Parecer Referencial CJ/SE 12/2022, que ora se adota in totum. 2.3 Destacamos a
8 necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade do Município para celebrar
9 Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios a serem celebrados pela
10 SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de igual objeto ao ora
11 analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer, desde que
12 atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC que
13 providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas por
14 este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a formalização
15 do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada, conforme dita o
16 Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Proc. 2021/31774_ SEDUC, FDE e Prefeitura**
17 **Municipal de Nazaré Paulista. O Parecer CEE 333/2022 _ da Comissão de Planejamento,**
18 **relatado pelo Cons. Roque Theophilo Junior foi aprovado por unanimidade. Deliberação:**
19 **2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei Estadual**
20 **10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à Celebração do Convênio entre o Governo do**
21 **Estado de São Paulo, através da SEDUC, da Fundação para o Desenvolvimento da**
22 **Educação - FDE e do Município de Nazaré Paulista, para a cobertura da quadra esportiva**
23 **da Escola Municipal Estanislau Gonzaga Pinheiro, no mesmo município, que se regerá**
24 **pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Estadual 6.544/1989 e do Decreto**
25 **Estadual 66.173/2021, no que couber, com recursos de Emenda Parlamentar Impositiva.**
26 **2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às recomendações formuladas no Parecer**
27 **Referencial CJ/SE 42/2021, que ora se adota in totum. 2.3 Destacamos a necessidade de**
28 **juntar aos autos o Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios –**
29 **CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios a serem celebrados pela SEDUC, para o**
30 **ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de igual objeto ao ora analisado, poderá ser**
31 **utilizada a manifestação expressa neste Parecer, desde que atendidas todas as**
32 **recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC que providencie os meios**
33 **necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas por este Conselho, em**
34 **especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a formalização do Convênio, a**
35 **Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada, conforme dita o Artigo 116, § 2º**
36 **da Lei Federal 8.666/1993. **Proc. 2021/37511_ SEDUC, FDE e Prefeitura Municipal de****
37 **Bertioga. O Parecer CEE 334/2022 _ da Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons.**
38 **Roque Theophilo Junior foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de**
39 **Planejamento, nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se**
40 **favoravelmente à Celebração do Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo,**
41 **através da SEDUC, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e o Município**
42 **de Bertioga, para a reforma da Escola Municipal Professor José Inácio Hora, no mesmo**
43 **município, visando melhorar o atendimento aos alunos da rede municipal de ensino,**
44 **proporcionando ambiente adequado para os alunos atendido pela referida unidade de**

1 ensino, que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Estadual
2 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com recursos de Emenda
3 Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às recomendações
4 formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 42/2021, que ora se adota in totum. 2.3
5 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade do Município
6 para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios a serem
7 celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de igual
8 objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,
9 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
10 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
11 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
12 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
13 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Proc. 2021/37495** _ SEDUC,
14 FDE e Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. O **Parecer CEE 335/2022** _ da Comissão
15 de Planejamento, relatado pelo Cons. Roque Theophilo Junior foi aprovado por
16 unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos termos do artigo 2º,
17 inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à Celebração do
18 Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC, a Fundação para
19 o Desenvolvimento da Educação - FDE e o Município de Franco da Rocha, para a reforma
20 estrutural do Espaço Educativo Anderson Marcelo Paes, visando melhorar o atendimento
21 aos alunos da rede municipal de ensino, proporcionando ambiente adequado para os
22 alunos atendidos, que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei
23 Estadual 6.544/1989 e do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com recursos de
24 Emenda Parlamentar Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às
25 recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE 42/2021, que ora se adota in
26 totum. 2.3 Destacamos a necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade
27 do Município para celebrar Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios
28 a serem celebrados pela SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de
29 igual objeto ao ora analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer,
30 desde que atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC
31 que providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas
32 por este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a
33 formalização do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada,
34 conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. **Procs. 2021/37772,**
35 **2021/31566 e 2021/37771** _ SEDUC, FDE e Prefeitura Municipal de Diadema. O **Parecer**
36 **CEE 336/2022** _ da Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Roque Theophilo
37 Junior foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A Comissão de Planejamento, nos
38 termos do artigo 2º, inciso III da Lei Estadual 10.403/1971, manifesta-se favoravelmente à
39 Celebração do Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC, da
40 Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e do Município de Diadema, para a
41 reforma da quadra e muro da EMEB Annete Melchiorretto, reforma do telhado, pisos,
42 adequação para acessibilidade e pintura da EM Albino Freitas, e reforma/adequação do
43 prédio escolar da EMEB Perseu Abramo, no mesmo município, visando ofertar aos
44 estudantes melhores condições para o processo de aprendizagem, além de acessibilidade,

1 que se regerá pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 e da Lei Estadual 6.544/1989 e
2 do Decreto Estadual 66.173/2021, no que couber, com recursos de Emenda Parlamentar
3 Impositiva. 2.2 Solicita-se especial atenção da SEDUC às recomendações formuladas no
4 Parecer Referencial CJ/SE 42/2021, que ora se adota in totum. 2.3 Destacamos a
5 necessidade de juntar aos autos o Certificado de Regularidade do Município para celebrar
6 Convênios – CRMC atualizado. 2.4 Para os demais Convênios a serem celebrados pela
7 SEDUC, para o ano letivo de 2022, nas mesmas condições e de igual objeto ao ora
8 analisado, poderá ser utilizada a manifestação expressa neste Parecer, desde que
9 atendidas todas as recomendações nele contidas. 2.5 Recomenda-se à SEDUC que
10 providencie os meios necessários para dar atendimento às solicitações apresentadas por
11 este Conselho, em especial no que se refere ao custo per capita. 2.6 Após a formalização
12 do Convênio, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada, conforme dita o
13 Artigo 116, § 2º da Lei Federal 8.666/1993. Proc. 2021/00525 _ Centro de Altos Estudos de
14 Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra” da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O
15 **Parecer CEE 337/2022** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. José
16 Adinan Ortolan foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com
17 fundamento na Deliberação CEE 197/2021, o pedido de Recredenciamento do Centro de
18 Altos Estudos de Segurança “Cel. PM Nelson Freire Terra” da Polícia Militar do Estado de
19 São Paulo, pelo prazo de cinco anos. 2.2 Recomenda-se à Instituição observar os
20 comentários dos Especialistas e as Considerações Finais deste Parecer. 2.3 O presente
21 Recredenciamento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após homologação
22 deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. 2021/00518** _ Faculdades
23 Integradas Regionais de Avaré. Parecer CEE 338/2022 _ da Câmara de Educação
24 Superior, relatado pelo Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves. Deliberação: 2.1 Aprova-
25 se, nos termos da Deliberação CEE 171/2019, o Recredenciamento das Faculdades
26 Integradas Regionais de Avaré, pelo período de três anos. 2.2 A Instituição deverá
27 observar as recomendações dos Especialistas, com vistas à melhoria das condições de
28 oferta dos Cursos por ela mantidos, bem como atender à Resolução CNE/CES 07/2018,
29 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. 2.3
30 Convalidam-se os atos acadêmicos praticados no período em que a Instituição
31 permaneceu sem Recredenciamento. 2.4 O presente recredenciamento tornar-se-á efetivo
32 por ato próprio deste Conselho, após a homologação deste Parecer pela Secretaria de
33 Estado da Educação. O Cons. Cláudio Mansur Salomão declarou-se impedido de votar,
34 por motivo de foro íntimo. **Proc. 2021/00201** _ Faculdade Municipal "Professor Franco
35 Montoro" / Mogi Guaçu. O **Parecer CEE 339/2022** _ da Câmara de Educação Superior,
36 relatado pelo Cons. Roque Theophilo Junior foi aprovado por unanimidade. Deliberação:
37 PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA. Processo: 2021/00201. Interessada: Faculdade Municipal
38 “Prof. Franco Montoro” / Mogi Guaçu. Assunto: Consulta sobre transferência de alunos
39 provenientes de Instituições Estrangeiras de Ensino Superior para o Curso de Medicina.
40 Relator: Cons. Roque Theophilo Junior. Parecer CEE 339/2022 - CES - Aprovado em
41 21/09/2022. CONSELHO PLENO. 1. Relatório. 1.1 Histórico. Cuida-se de consulta
42 inaugurada pelo Diretor Acadêmico e pela Coordenadora Geral da Faculdade Municipal
43 “Prof. Franco Montoro” / Mogi Guaçu, por meio do Ofício 84/2021, protocolado em
44 28/05/2021. Em suas razões de consulta, alegam que: “[...] Reconhecidamente a pandemia

1 COVID-19 vem causando sérios impactos ao ensino superior brasileiro. Na Faculdade
2 Municipal Professor Franco Montoro (FMPFM) não é diferente. O curso de medicina se
3 encontra em sua 2ª turma (Autorizado pela Portaria CEE/GP nº 460 de 29/10/2019,
4 publicada no DOSP nº 206, Poder Executivo, Seção I, Pág. 29 de 30/10/2019). Dos 60
5 alunos ingressantes em 2020, houve a evasão de 9 alunos. Das 60 vagas disponíveis para
6 a turma de 2021, ingressaram somente 39 alunos pela baixa procura no vestibular.
7 Significa que há 30 vagas não ocupadas no curso de medicina, causando prejuízos
8 significativos face aos investimentos necessários à manutenção do curso. Nesse cenário, a
9 Direção da FMPFM avalia a possibilidade de admissão de alunos de instituições
10 estrangeiras de ensino superior para o curso de medicina, para as vagas remanescentes
11 do 2º ao 4º semestres, em conformidade com as diretrizes da Norma Técnica do Ministério
12 da Educação nº 795/2015/CGLNRS/DPR/SERES/ME "Transferência de alunos entre
13 Instituições de Educação Superior" e o PARECER do Conselho Nacional de Educação Nº
14 CNE/CES 365/2003 "Consulta sobre a legalidade de transferência de aluno de um
15 estabelecimento de ensino para outro, durante o 1º semestre do curso, e em vagas iniciais
16 remanescentes dos classificados em processo seletivo" e o PARECER do Conselho
17 Nacional de Educação Nº CNE/CES 787/2016 "Consulta sobre transferência de alunos de
18 cursos de medicina de instituições de educação estrangeiras para instituições de educação
19 superior brasileiras". No entanto, reconhecemos que a FMPFM deve seguir as diretrizes
20 estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação. Deste modo, há uma grande
21 preocupação da Direção da FMPFM em relação à admissão por processo de transferência,
22 de alunos provenientes de instituições estrangeiras de ensino superior, somente para as
23 vagas remanescentes de medicina do 2º ao 4º semestres, em relação a possíveis
24 problemas futuros, como: (i) a validade da transferência como forma de ingresso; (ii) a
25 validade da análise de convalidação da grade curricular e o aproveitamento de estudos via
26 documentação com tradução juramentada para o português; (iii) a elegibilidade dos alunos
27 transferidos concluintes para a emissão de diplomas. Nesse sentido, gostaríamos de uma
28 resposta formal desse respeitável Conselho Estadual de Educação, sobre os tópicos de
29 preocupação supracitados, a existência de base legal ou diretrizes para o tema em
30 questão, além de qualquer óbice ou alerta que mereça destaque, no sentido de nortear a
31 Decisão da Direção da FMPFM, sobre aceitar ou não alunos transferidos de instituições de
32 ensino do exterior para a medicina. [...]” A Assessoria Técnica informou o processo que
33 passa a integrar o presente. É o Relatório. 1.2 APRECIÇÃO. A IES consulente
34 (FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO DE MOGI GUAÇU -
35 FMPFM) é uma faculdade isolada, sem prerrogativas de autonomia, mantida pela
36 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA: Dados da Instituição e do Curso sob demanda
37 Instituição Faculdade Municipal Prof. Franco Montoro / Mogi Guaçu Direção Prof. Me.
38 Claubert de Oliveira Rossini, mandato de 22/03/2021 a 21/03/2025 Últimos
39 Recredenciamentos Parecer CEE 488/2018 e Portaria CEE-GP 493/2018, DOE
40 29/12/2018, pelo prazo de 2 (dois) anos. Parecer*1 CEE 190/2022 e Portaria CEE-GP
41 262/2022, DOE 14/05/2022, pelo prazo de 4 (quatro) anos. *1 2. CONCLUSÃO. 2.1
42 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de
43 Recredenciamento Institucional da Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro” / Mogi
44 Guaçu, mantida pela Fundação Educacional Guaçuana, pelo prazo de quatro anos. 2.2 A

1 Instituição deverá observar as recomendações dos Especialistas, como oportunidade de
2 melhoria para o próximo ciclo avaliativo. 2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES
3 07/2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
4 como se trata de Instituição sem autonomia universitária, a mesma deverá encaminhar as
5 respectivas adequações a este Colegiado. 2.4 Convalidam-se os atos acadêmicos
6 praticados no período em que a Instituição permaneceu sem credenciamento. 2.5 O
7 presente credenciamento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após
8 homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. São Paulo, 25 abril
9 de 2022. a) Cons. Cláudio Mansur Salomão. Relator. Autorização de Funcionamento do
10 Curso de Bacharelado em Medicina. Parecer CEE 321/2019*2 e Portaria CEE-GP
11 460/2019, DOE 30/10/2019 *2. 2. CONCLUSÃO. 2.1 Aprova-se, com fundamento na
12 Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Autorização de Funcionamento do Curso de
13 Bacharelado em Medicina, da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro / Mogi
14 Guaçu, com sessenta vagas anuais, pelo prazo estabelecido no art. 36 da referida
15 Deliberação. 2.2 A Deliberação CEE 167/2019, Artigo 13 e Artigo 14, deverá ser aplicada
16 para os próximos atos regulatórios. 2.3 Considerando que a Instituição passa por
17 reestruturação para adequação diretiva e credenciamento Institucional, haverá visita de
18 Especialistas, conforme dispõe previsão no Artigo 14 da Deliberação CEE nº 167/2019, o
19 pedido deverá ser formulado pela própria Instituição no tempo previsto na citada
20 Deliberação. 2.4 Junte-se, em 15 dias, cópia firmada do Contrato de realização de
21 Capacitação Docente e de preceptores, citado às folhas 231, com o cronograma físico. 2.5
22 Junte-se o Edital de Processo Seletivo docente. 2.6 Junte-se o Edital de Processo Seletivo
23 discente. 2.7 A presente autorização de funcionamento tornar-se-á efetiva por ato próprio
24 deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da
25 Educação. São Paulo, 11 de setembro de 2019. a) Cons. Thiago Lopes Matsushita. Relator
26 O Curso de Bacharelado em Medicina ao qual a Interessada pretende promover
27 transferências de alunos, provenientes de instituições estrangeiras de ensino superior, se
28 encontra em processo inicial de formação. Impende, antes de tudo, que a mesma
29 promova, na forma própria e no tempo adequado, o cumprimento às diretrizes da
30 Deliberação CEE 167/2019 (Fixa normas para regulação dos Cursos de Medicina para os
31 estabelecimentos de ensino superior vinculados ao Sistema de Ensino do Estado de São
32 Paulo) e da Deliberação CEE 171/2019 (Dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação
33 de instituições de ensino superior e cursos superiores de graduação, vinculados ao
34 Sistema Estadual de Ensino de São Paulo) para produção dos efeitos próprios. Novação
35 ou inversão (como transferência para vagas remanescentes de alunos de Instituição
36 estrangeira em um curso que ainda sofrerá avaliações pertinentes) é tumultuária no
37 presente estágio processual dos fatos. Frisa-se que a consulta não foi instruída e feita
38 lastreada em projeto de edital de transferência com processo seletivo, de modo a permitir
39 um maior aprofundamento, aparentando, por enquanto, açodada. Neste aspecto,
40 impossível uma resposta aquiescente à pretensão que não fixa critérios mínimos de
41 possíveis candidatos, oriundos de Instituições de Ensino Superior não pertencentes ao
42 Sistema Estadual ou Federal: tais cursos foram devidamente autorizadas pelo respectivo
43 Poder Público de origem? Mantém regramento, também na origem, de cumprir sucedâneo
44 de diretriz curricular com pressupostos de organização, de articulação, de desenvolvimento

1 de proposta pedagógica, com fixação de carga horária mínima? São presenciais, a
2 distância, mistos ou híbridos? A míngua desses elementos, a singela e pueril proposta de
3 "convalidação da grade (sic) curricular e o aproveitamento de estudos, via documentação
4 com tradução juramentada para o português", parece-nos desprezo ao racionalismo e
5 afronta à legislação pátria. Registre-se, ainda, que a mera medida de transferência é
6 exceção à regra de ingresso por processo seletivo, ou vestibular (inclusive pelo que consta
7 da aprovação do projeto do curso e da autorização para o funcionamento de novo curso),
8 mormente em curso de Medicina, tão sensível à finalidade a que se destina, pontuando-se,
9 para simplório efeito de argumentação, que ainda que a referida exceção fosse adotável, a
10 mesma nunca deveria ser de dúzias de vagas, como sugere a IES consulente. Nesse
11 diapasão, estranha-se que a IES não tenha, ainda, iniciado investigação científica sobre as
12 causas de evasão e da baixa procura no vestibular, conforme consta de sua consulta;
13 sugere-se adotar tal conduta. Mais a mais, releva-se pontuar a existência, no Brasil, de
14 normativa com exame específico para validação de diplomas de cursos de medicina,
15 emitidos no exterior, denominado Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos
16 expedidos por Universidades Estrangeiras - REVALIDA exigido a todos aqueles que sejam
17 portadores de diploma de Curso de Medicina, emitido no exterior, que desejem exercer a
18 profissão de médico. Assim, eventual possibilidade de transferência de alunos,
19 provenientes de instituições estrangeiras de ensino superior para o Curso de Medicina, não
20 deve e não pode ser implementada, por quaisquer circunstâncias de modo a fragilizar e
21 submeter a política regulatória nacional; em sentido contrário estar-se-ia fraudando em
22 detrimento da relevância social do curso e da responsabilidade em se assegurar a
23 qualidade da formação visando o exercício profissional criterioso. Inaplicáveis a Norma
24 Técnica do Ministério da Educação 795/2015/CGLNRS/DPR/SERES/ME, e os Pareceres
25 do Conselho Nacional de Educação CNE/CES 365/2003 e 787/2016 a uma, por estranhos
26 ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e a duas, por não serem vinculantes.
27 Assim sendo, e pelo que mais remanesce, a Faculdade Municipal "Prof. Franco Montoro"/
28 Mogi Guaçu deve eximir-se de promover processos de transferência de alunos
29 provenientes de instituições estrangeiras de ensino superior, para o Curso de Medicina
30 agora e enquanto perdurar a mesma situação, em atenção à regra do SIC ET IN
31 QUANTUM, prejudicadas as respostas sobre (i) a validade da transferência como forma de
32 ingresso, (ii) a validade da análise de convalidação da grade curricular e o aproveitamento
33 de estudos via documentação com tradução juramentada para o português e a (iii) a
34 elegibilidade dos alunos transferidos concluintes para emissão de diplomas. 2.
35 CONCLUSÃO. 2.1 Responda-se à Interessada, nos termos deste Parecer, com cópia ao
36 Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo. 2.2
37 Determina-se que a Interessada, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos,
38 contados a partir da publicação deste Parecer, informe nos presentes autos a qualificação
39 civil e a forma de ingresso de cada um dos acadêmicos atualmente matriculados no Curso
40 de Bacharelado em Medicina que mantém. 2.3 A presente consulta deverá ser objeto de
41 apreciação, no momento de cumprimento às diretrizes das Deliberações CEE 167/2019 e
42 171/2019. São Paulo, 21 de setembro de 2022. a) Cons. Roque Theophilo Junior. Relator.
43 3. DECISÃO DA CÂMARA. A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu
44 Parecer, o Voto do Relator. Presentes os Conselheiros Cláudio Mansur Salomão, Décio

1 Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Eliana Martorano Amaral, Iraíde
2 Marques de Freitas Barreiro, José Adinan Ortolan, Roque Theophilo Junior e Rosângela
3 Aparecida Ferini Vargas Chede. Sala da Câmara de Educação Superior, 21 de setembro
4 de 2022. a) Cons^a Iraíde Marques de Freitas Barreiro no exercício da presidência nos
5 termos do Art. 11 da Deliberação CEE 17/1973. DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. O
6 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara
7 de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator. Sala “Carlos Pasquale”, em 21 de
8 setembro de 2022. Cons^a Ghisleine Trigo Silveira. Presidente. Nada a mais havendo a
9 tratar, às 14 horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu,
10 Luís Fernando Martins Palhares lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e
11 achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 21 de setembro
12 2022.....
13 Ghisleine Trigo Silveira.....
14 Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti.....
15 Claudio Mansur Salomão.....
16 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
17 Décio Lencioni Machado.....
18 Eduardo Augusto Vella Gonçalves
19 Eliana Martorano Amaral.....
20 Iraíde Marques de Freitas Barreiro.....
21 José Adinan Ortolan.....
22 Márcia Aparecida Bernardes.....
23 Marlene Aparecida Zanata Schneider.....
24 Roque Theóphilo Júnior.....
25 Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.....